



Minervino Junior/CB/D.A. Press



MPDFT vai às urnas na sucessão de Fabiana Costa

Será amanhã a votação entre promotores e procuradores de Justiça para a eleição da lista tripartite para a disputa à sucessão da procuradora-geral de Justiça do DF, Fabiana Costa Barreto. Concorrem à vaga os promotores de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho e Georges Carlos Frederico Moreira Seigneur; a procuradora de Justiça Maria Rosynete de Oliveira Lima; e os promotores de Justiça Ricardo Antônio de Souza e Wagner de Castro Araújo. Entre os cinco concorrentes, serão escolhidos três nomes para compor a lista que será enviada à Procuradoria-Geral da República que, em seguida, faz o encaminhamento ao presidente Jair Bolsonaro para escolha de um dos nomes. O pleito ocorrerá no sistema eletrônico Votus, uma plataforma desenvolvida por técnicos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que permite acesso via intranet, inclusive por meio de tablets e smartphones conectados à internet. O próximo ou a próxima chefe do MPDFT deve assumir em 9 de dezembro quando termina o segundo mandato de Fabiana. Ele comandou o Ministério Público por dois mandatos consecutivos e não concorreu porque a legislação só permite uma recondução.

PV/Divulgação



Pedido de ajuda

O presidente do PV-DF, Eduardo Brandão, foi a São Paulo para participar de reunião do conselho político da federação Brasil da Esperança. Em conversa com Lula, Brandão pediu mais apoio para a candidatura de Leandro Grass (PV) ao Palácio do Buriti.

Big Brother

A campanha de Ibaneis Rocha (MDB) está parecendo o *Big Brother*. Os candidatos vão sendo eliminados, pouco a pouco. Reguffe saiu, Izalci Lucas está a perigo... Quem será o próximo?

Em defesa dos enfermeiros

Enfermeira por formação e ex-diretora da Faculdade de Saúde da UnB, a Professora Fátima Sousa fez uma crítica à decisão do ministro Roberto Barroso de suspender a lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro que cria o piso salarial da enfermagem. "Não podemos deixar de reconhecer que os profissionais de enfermagem foram verdadeiros heróis durante a pandemia e cruzar os braços diante dessa decisão do Ministro Luís Roberto Barroso", disse Fátima, que é candidata a deputada federal. O ministro atendeu à Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde), que defende que o piso de R\$ 4.750 é insustentável.

Youtube/ reprodução



Vice vai com Damares

Candidato a deputado distrital, o vice-governador Paco Britto (Avante) está fazendo campanha com a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves. Eles gravaram um vídeo juntos em que um pedem voto para o outro.

Reprodução/Redes Sociais



Pedido das filhas

Uma carta da filha Mariana foi um dos motivos para o retorno do ex-deputado Joe Valle para a vida pública, depois de quatro anos dedicados aos orgânicos. Nesse período, ela se engajou na Ong Projeto Dividir, que ajuda a alimentar quem passa fome, e escreveu para o pai que a política pode fazer a diferença na vida das pessoas. Foi também uma carta da filha que tirou Joe, então presidente da Câmara Legislativa, da política na última eleição. Em 2018, Mariana pediu que ele se dedicasse mais à família. "Quem é filho de político acaba compartilhando seu pai ou a sua mãe com a cidade, com Brasília", diz a filha em postagem nas redes sociais, ao lado da irmã Maria Luiza. "Como ele sempre quis atender à outra família dele que é Brasília, passaram-se os quatro anos e nós olhamos para o cenário de uma forma diferente", disse. Joe concorre agora ao Senado.

Arquivo pessoal



62 anos de eleições

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) completou ontem 62 anos. A instalação oficial, em Brasília, ocorreu em 6 de setembro de 1960, tendo os desembargadores João Henrique Braune e Marcio Ribeiro como presidente e vice-presidente, respectivamente. Nesse mesmo ano, alistaram-se aproximadamente 23 mil eleitores, o que representava 15% da população da nova capital. E já em outubro de 1960, o TRE-DF organizou a sua primeira eleição: a da sucessão do presidente Juscelino Kubitschek.



Antônio Cunha/Esp/CB/D.A. Press

Homenagens

Ao ser homenageado em Chicago pelo sucesso do trabalho como franqueado da Prudential do Brasil, Ícaro Rollemberg ergueu a bandeira do Distrito Federal. Filho do ex-governador Rodrigo Rollemberg, Ícaro viajou com a noiva Paloma Balboa e a filha Mel para receber mais uma homenagem pelo trabalho desenvolvido no mercado de seguros de vida. A franquia do empresário está entre as de melhores resultados do Brasil e é a número 1 de Brasília. Recentemente ele teve sua foto estampada na Times Square em New York também por uma premiação especial, por estar entre a melhores franquias da empresa no Brasil.



Arquivo pessoal

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

MOBILIDADE/ Atualmente cerca de 103 mil pessoas residentes no Distrito Federal, com 16 anos ou mais, possuem algum tipo de deficiência física ou visual. No entanto, apenas 5% solicitaram ao TRE seções de votação com acessibilidade

Dificuldade para votar

» ISABELA BERROGAIN
» LUCIANA DUARTE*

No Distrito Federal, moram cerca de 103 mil pessoas com 16 anos ou mais que possuem algum tipo de deficiência física ou visual, número equivalente a 4,3% da população nessa faixa etária. Em tese, este é o número total de brasileiros que estão aptos a votar nas eleições de 3 de outubro. Deste total (103 mil), apenas 208 solicitaram ao Tribunal seções de votação com acessibilidade e serão atendidas em suas demandas nas próprias seções eleitorais, segundo a assessoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Neste ano, o DF contará com 610 locais de votação, porém nem todos são acessíveis a pessoas com deficiências. Segundo o TRE, existem seções eleitorais sem previsão de acessibilidade que funcionarão normalmente, já que essas não têm previsão de eleitores com necessidades especiais. "As nossas urnas já são bastante acessíveis. As urnas



novas trazem um tradutor em libras e tem o teclado em braile. Os que precisarem, terão o voto cantado através do fone de ouvido. A acessibilidade é bem possível para todos os eleitores", afirma Fernando Velloso Filho, porta-voz do TRE. O representante também explica que cadeirantes serão acomodados em salas nos andares térreos, com acesso facilitado por rampas e portas mais amplas.

Mesmo com as melhorias, o aposentado Luís Maurício, 55 anos, considera inadmissível a existência de locais de votação que não são acessíveis a pessoas com deficiência. "A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que, no mínimo, 10% da população tenha deficiência. Hoje, a gente não pode

admitir que uma zona eleitoral tenha uma escadaria até você chegar na urna", protesta.

Cadeirante há 25 anos, o aposentado votou em todas as eleições desde o acidente que o deixou paraplégico em 1998. "A norma não permite que um espaço de acesso ao público não tenha acessibilidade, então, eu vejo com muita preocupação a necessidade dessas solicitações a seções de votação acessíveis", complementa.

Morador do Riacho Fundo II, Nilson Santos, é deficiente visual. Eleitor assíduo, ele foi uma das pessoas que encontrou alguns obstáculos ao exercer a cidadania, como a falta de adaptação tátil no chão das seções eleitorais, dificultando o acesso de deficientes visuais desacompanhados. O massoterapeuta de 53 anos reconhece que o teclado em braile representa um passo importante para os PCDs "mas como a urna só falava o número do candidato depois que a gente digitava, não dava para conferir e ter certeza absoluta em quem

Fotos: Arquivo Pessoal



Luís acha inadmissível zona eleitoral com escada



Millena: todos os ambientes devem ser acessíveis

tínhamos votado", reclama. Em 2020, foi introduzida alteração nos recursos de votação para os deficientes visuais e acrescentado um fone que além do número, confirma também o candidato no qual o eleitor votou.

Para a estudante Millena Moraes, 23 anos, é problemática a necessidade de solicitação de acessibilidade nas zonas eleitorais. "Todos os ambientes devem ser acessíveis, não apenas lugares específicos", defende. "Não é dessa maneira, com esse tipo de conduta do próprio Estado, que se mostra para a sociedade a importância de garantir o direito de ir e via a todos", declara.

Em 2014, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, em 2015, publicou a Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). Ambas ações afirmativas trazem deveres para o governo e para o setor privado de promover meios para garantir o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. "Conhecer as propostas dos candidatos e votar são condições necessárias", ressalta a professora Sinaia Pollom Zardo, Diretora de Acessibilidade da Universidade de Brasília (UnB).

Francisco Djalma de Oliveira é diretor da Associação de Pais,

Amigos e Pessoas com Deficiência, de funcionários do Banco do Brasil e da comunidade e ressalta a extensão do significado do termo acessibilidade. "Quando falamos em acessibilidade, abordamos os aspectos arquitetônicos, urbanísticos, tecnológicos, comunicacionais e naqueles relacionados às atitudes de mediadores e demais envolvidos no atendimento das pessoas com deficiência. O ideal seria que todos os locais com seções eleitorais fossem acessíveis no sentido amplo", finaliza.

*Estagiária sob supervisão de Márcia Machado